

Sistema financeiro Concentração cresce 3,5 pontos na crise; instituição pública ganha espaço

Grandes bancos têm 88% do crédito

Fernando Travaglini
De São Paulo

Enquanto lá fora se discute o tamanho dos bancos no pós-crise, aqui no Brasil a concentração não para de avançar. Com a estratégia agressiva dos bancos públicos e as fusões e aquisições realizada entre os privados, a parcela de crédito na mão das oito maiores instituições brasileiras atingiu o percentual de 88,6% do total do sistema financeiro, em novembro do ano passado.

O patamar é 3,5 pontos percentuais acima do nível de junho de 2008, antes da crise, portanto, segundo levantamento feito pelo Valor a partir dos balançetes mensalmente no site do Banco Central.

Já os médios, que sofreram com a falta de liquidez, viram sua participação de mercado encolher 2,4 pontos percentuais, para 9,2%. O restante, 2,2%, está nas mãos de bancos públicos de pequeno e médio porte. O estudo foi feito a partir de uma amostra de 35 bancos que respondem por 97,3% dos ativos de crédito do sistema financeiro.

A grande responsável por esse movimento foi a já bastante conhecida estratégia dos públicos de



Fonte: Banco Central, balanço dos bancos. *Levantamento dos balançetes publicados no Banco Central; não inclui avais e fianças; ** Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco, Santander, Caixa Econômica Federal, BNDES, HSBC e Votorantim; *** Bancos públicos de médio e pequeno portes

acelerar a concessão de crédito em meio à crise. A isso, soma-se a compra não só de bancos como de carteiras de instituições menores.

O Banco do Brasil viu seu "market share" avançar 3 pontos percentuais ao longo do ano passado e hoje a instituição responde por um quinto (20,1%) de todo recurso concedido por meio de empréstimo bancário. Sua carteira própria cresceu 15,5% em 2009, mas ao crescimento orgânico deve-se somar R\$ 41 bilhões correspondentes à carteira da Nossa Caixa e à metade do estoque do Banco Votorantim. Com isso, a expansão do BB no ano foi de 35,2%.

Já a Caixa teve ganho de 2,3 pontos percentuais, respondendo por 8,8% dos empréstimos. Somando-se os bancos públicos menores e o BNDES, a participação estatal no sistema financeiro supera 41%.

No outro lado, os privados perderam espaço, especialmente os menores, que tiveram expansão de 6,1% desde junho de 2008, contra 60,6% do públicos e 24,9% dos grandes privados. Renato Oliva, presidente da ABBC, associação que representa os médios, pondera que há uma diferença entre concentração bancária e concorrência. Segundo ele, é até possível que haja forte competição entre as ins-

tuições públicas e privadas, por exemplo, e que isso traga benefícios à clientela. Mas ele enfatiza que esse não é o melhor caminho.

Segundo ele, o ponto principal é que o banco médio não tem a mesma estrutura de funding de uma instituição de grande porte e isso limita a concorrência e, conseqüentemente, a briga por menores taxas de juros.

Com a liquidez restaurada, a mensagem que os médios passaram nas divulgações de seus resultados anuais é de que estão prontos para recuperar parte do espaço perdido. O problema é que os grandes também se preparam pa-

ra a disputa e os públicos não parecem dispostos a tirar o pé do acelerador. "A tendência é acentuar a concentração. Na ausência de crise, é agora que os bancos querem crescer", diz Oliva.

De fato, Aldemir Bendine, presidente do Banco do Brasil, disse que o objetivo é pelo menos manter os ganhos na crise e, se possível, "aumentar um pouco a participação de mercado". A Caixa também apresentou discurso semelhante e a expectativa de crescimento da carteira está acima dos bancos privados, que também querem avançar no ano.

Simultaneamente, no resto do mundo, começa a se intensificar o debate sobre o tamanho das instituições financeiras. Em recente entrevista ao Valor, o ex-economista-chefe do FMI, Simon Johnson, disse que deveria haver um volume máximo de ativos em relação ao tamanho da economia, um percentual entre 2% e 4% do PIB como limite para os bancos — nos Estados Unidos, nenhum banco pode ter mais do que 10% dos depósitos de varejo.

Aqui no Brasil, a título de exemplo, o Banco do Brasil fechou o ano com R\$ 708,5 bilhões em ativos, o equivalente a mais de 20% do PIB. O segundo colocado, Itaú Unibanco, tem mais de R\$ 600 bilhões.

Johnson também pondera que não há evidência de ganhos de escala quando bancos operam com mais de US\$ 100 bilhões em ativos. No caso brasileiro, afirma o professor Alexandre Assaf Neto, pesquisador do Instituto Assaf, também há um limite para a capacidade dos bancos, mas as instituições ainda estão longe desse teto.

Há, segundo ele, um potencial de lucro muito bom no futuro e os retornos tendem a ser, a médio e longo prazos, maiores do que de países desenvolvidos. A explicação é que os bancos brasileiros já têm ganhos elevados mesmo com carteiras modestas comparadas com pares mundiais. "Se crescerem 50% da carteira, não precisaram aumentar em 50% a estrutura de custo."